

## SELETA

# TERRA DE VERA CRUZ! - COLONIZAÇÃO DO BRASIL

Rocha POMBO

D. João II, o rei sábio, e os sábios de sua corte tinham recebido em Lisboa, acabrunhados de inveja e de espanto, o glorioso almirante, que havia pouco por ali andara, a oferecer à pátria de D. Henrique a mais opulenta das heranças que uma nação jamais recebera do destino. Pode-se fazer uma vaga idéia do imenso despeito com que Portugal via aquela surpreendente fortuna que lhe escapara das mãos passando ali para a sua vizinha da península. Não estão de acordo os cronistas quanto ao modo como na capital do reino fora Colombo acolhido, assegurando uns que D. João muito se empenhara por conquistar o grande almirante, oferecendo-lhe honras e proveitos excepcionais se quisesse servir a coroa portuguesa; outros, que Colombo foi recebido com certa dissimulação dos ciúmes que a sua obra gerara no ânimo de toda a corte; e ainda, que, longe de apresentar-se modestamente, o almirante portou-se com orgulho e arrogância mesmo na presença do rei, chegando a lançar-lhe em rosto o erro de lhe haverem negado os recursos que solicitara para o gigantesco empreendimento. É de crer mesmo talvez que a tempestade, que o obrigara a buscar abrigo no Tejo, lhe saísse muito a propósito, primeiro que tudo para ter aquele gosto de aparecer, de volta do Novo Mundo, naquela mesma corte que o ridicularizara e repelira; e depois, para levar ao rei português, se não uma queixa formal, pelo menos uma notícia de quanto havia, ele almirante, estado em risco de sofrer de Castanheda nos Açores. Afirma-

se mesmo que se chegou a aconselhar com insistência ao rei (e que muito se falou disto na corte) que aproveitasse a ocasião de fazer matar a Colombo; mas que D. João preferiu reprimir todo o seu despeito; e isto quem sabe se mais despeitado ainda com a sabença dos conselheiros que o haviam induzido a desgostar Colombo. Pois, o que é indubitável é que D. João sempre via mais que os sábios de sua corte, e que por isso, apesar da prova que se havia com perfídia tirado do projeto de Colombo, o soberano queria muito aproveitá-lo em serviços da pátria. Tanto assim que quando Colombo, desiludido e desesperado, deixou Lisboa secretamente, o próprio D. João escreveu-lhe pedindo com instâncias que voltasse confiante e certo de que tudo se lhe faria ainda de que nada teria a temer por "nenhuma coisa, ora seja civil, ora criminal, de qualquer qualidade..." (...naturalmente por algum excesso a que o tivesse impellido a revolta contra a ignorância e a má fé de que fora vítima).

D. João, portanto, sentiu que tinha motivos para invejar a imensa fortuna da Espanha, mas não para odiar a Colombo. Assim que este prosseguiu para Barcelona (onde então se achavam Fernando e Isabel) convocou o rei português os seus conselheiros, e depois de lhes exprobrar toda a culpa do erro cometido, sugeriu e aventou a idéia de um projeto tendente a salvar o que fosse possível daquele desastre. Resolveu-se organizar logo uma expedição, nomeando-lhe o Rei por chefe o grande Almeida, mais tarde o verdadeiro fundador do império lusitano na Ásia. Esta expedição, entretanto, não se efetuou, porque os dois soberanos, que então conquistavam os mares, entraram em acordo para arreamento dos seus respectivos interesses, mediante a intervenção do papa, como já se havia feito por diversas vezes. Alexandre VI deu, pois, uma nova Bula (4 de maio de 1493) determinando que se considerasse a terra como dividida em duas partes por uma linha traçada de pólo a pólo e a cinco graus a O. da mais ocidental das ilhas dos Açores e que ficassem pertencendo a Portugal as terras que fossem descobertas em toda a porção oriental e à Espanha as que o fossem no hemisfério oposto. D. João não ficou satisfeito com semelhante solução, e isso queria dizer claramente que o seu intuito era perseguir para o Oeste a fortuna da Espanha... sim, porque dentro dos limites traçados pela bula papal ficavam todas as ilhas já descobertas no Atlântico, mesmo as mais afastadas da costa africana. O Príncipe Perfeito, portanto, faleceu

legando a seu primo D. Manuel aquela idéia, que se tornara obsessão no seu espírito. D. João já havia mesmo conseguido que a Espanha - alarmada com os intentos que observava da parte dos portugueses - acedesse, pelo tratado de Tordesilhas (1495) em arredar mais cerca de 15 graus para o Ocidente os limites assinados aos domínios de Portugal.

No mesmo ano, D. Manuel tomava a responsabilidade daqueles grandes ideais, daquela causa preexcelente que D. Henrique havia criado e que D. João continuara com tanta perseverança e firmeza. A História faz justiça ao espírito de D. Manuel: em 25 anos de reinado o monarca "venturoso" completou a obra de seu predecessor no Oriente e realizou para o rumo oposto o que D. João havia sonhado. Assim que subiu ao trono, D. Manuel tomou medidas sobre as Índias, organizando uma grande expedição destinada àquelas partes da Ásia, onde as lendas correntes anunciavam riquezas fabulosas. Esse cometimento foi de tal importância para a nação que parecia compensar-lhe o desgosto de haver perdido aquela glória imensa que fora abandonada à Espanha pelo emperramento da corte e pela ignorância dos sábios de D. João II.

Com Vasco da Gama, Portugal ascendia ao auge da sua fortuna e da sua glória nos mares. Naquele momento, o nome português era o mais ilustre na terra e a monarquia, a mais dilatada nas três partes do antigo continente.

Mas não era só o caminho marítimo das Índias pelo Oriente a preocupação dominante, como já se disse, naquele notável ciclo da história portuguesa; e sem esquecer, portanto, o rumo aberto para a Ásia, D. Manuel sentia-se também dominado do pensamento de assegurar para o Ocidente, e nos limites da bula pontifícia, a parte que a Portugal pudesse porventura tocar na partilha do Novo Mundo, de cujas proporções não se fazia ainda uma idéia; pois entre os marítimos do tempo persistia o intento de desvendar, Atlântico afora, todo o infinito desconhecido que Colombo abrira aos heroísmos daquela época.

Em nossos dias, está lançada outra vez, como a mais notável controvérsia da nossa história, a casualidade tradicional do descobrimento do Brasil. Parece que ainda ultimamente se publicou um ligeiro estudo (estudo que infelizmente não conhecemos) no qual o seu autor, segundo nos disseram críticas da imprensa, discute com vantagem a questão, sustentando que Cabral trazia o propósito de explorar estes mares. Não

sabemos até que ponto se pode ter como positiva a demonstração de semelhante tese. O que, porém, quer nos parecer que não deixa absolutamente lugar a dúvidas é que não foi por um mero acaso que a poderosa frota portuguesa chegou à vista de terras na América. Bem ponderadas as notícias e as opiniões dos cronistas e dos historiadores, o que é perfeitamente admissível é que, partindo para as Índias, onde ia firmar o domínio português, Cabral recebesse instruções reservadas do seu soberano, para afastar-se da África, ao menos até os limites convencionados com a Espanha. Assim, não só evitar-se-iam as calmarias do golfo de Guiné, como ainda se teria ocasião de conhecer esta parte do Atlântico, onde se acreditava haver muita coisa por descobrir e assegurar para a Monarquia.

Isto é o que parece incontestável e o que se vê bem discutido e bem amparado de documentos, numa dissertação feita em 1850 e perante o Instituto Histórico pelo nosso laborioso e benemérito Norberto de Souza.

Pondo de lado, entretanto, a controvérsia, acompanhemos a expedição de Cabral, até o momento em que chegou ela à vista da "terra nova que depois se chamou Brasil".

D. Manuel, como era uso naqueles tempos, quis dar um aparato descomunal às cerimônias da partida da frota. Na capela do mosteiro de Belém, então ainda em obras, fez celebrar officios solenes, a que assistiram os grandes da corte. El-Rei teve junto de si, durante toda a missa, o chefe da frota. No meio de silêncio augusto e da comoção geral, subiu ao púlpito o bispo Ortiz e produziu uma oração eloqüentíssima e edificante, exaltando os méritos de Cabral e abençoando o heroísmo daqueles que por amor da fé e da sua pátria iam afrontar os mares. Recordou-lhes exemplos de antepassados e terminou por uma súplica patética ao Céu, para que a bom porto guiasse os navegantes. Acabada a missa, benzeu o bispo o estandarte real e o chapéu que o papa tinha mandado ao almirante e que El-Rei com suas próprias mãos colocara na cabeça de Cabral. Dirigiram-se todos em seguida, a pé, para o cais, indo Cabral a par de El-Rei levando o estandarte, onde se desenhava (assim como nas velas das naus) a cruz da Ordem de Cristo. Em todo o percurso, do mosteiro até a margem do Tejo, a imensa multidão não cessara de aclamar a El-Rei e os novos heróis que iam levar a fama da pátria aos

confins da terra. Lisboa naquele dia sentiu alvoroços desusados e por todas as localidades do reino a notícia do acontecimento passava como um grande verbo a exortar para a vida a alma renascente da velha Lísia.

"Lisboa apresentou então diz Norberto de Souza, um desses espetáculos faustosos que poucas vezes oferecem os povos, em que as lágrimas e soluços da saudade se misturavam com os risos e vivas que retumbavam nos ares em aclamações".

Quando Cabral, de joelhos, descoberto, empunhando o estandarte da cruz, beijava a mão a El-Rei, e erguendo-se em seguida com um vasto olhar estendido pela massa enorme, dirigia, abalado de profunda comoção, o supremo adeus à gente que ficava, o peito português ali formado por aquela multidão de peitos vibrou num imenso clamor solene como prece de nação num êxtase da sua fé. Sob o troar de aclamações e de trombetas ruidosas que enchiam os ares de solenidade, o almirante e seus oficiais, acompanhados da "flor daquela mancebia juvenil", embarcaram junto ao cais caminho das naus, "coalhando nesse momento as águas do Tejo um sem-número de batéis, cheios de gente e de bandeiras e flâmulas".

Era 9 de março de 1500. A frota tomou rumo do Sul e até as ilhas Cabo Verde pouco se afastou da costa africana. Alguns dias depois, próximo já aquele arquipélago, sofreu a expedição uma violenta tempestade, sendo as naus forçadas a abrigar-se numa das ilhas, São Tiago ou São Nicolau. Ali esperou-se dois dias uma das naus que se havia transviado e como esta não aparecesse até 25 de março, deliberou o almirante prosseguir em sua viagem, "tomando porém agora o rumo do Ocidente". É provável que singrasse nessa direção por alguns dias, mudando logo para o Sul ou Sudoeste; até que a meados de abril começaram a ter vagos sinais de terra. A 21, os indícios tornaram-se evidentes, e a 22 (uma quarta-feira) à tarde, avistaram costas. Cabral supôs que tinha diante de si uma grande ilha, das "muitas que para estas bandas havia Colombo descoberto"... sim, porque na Europa, até aquele momento só se tinha notícia das poucas das Antilhas que Colombo visitara nas suas primeiras viagens.

Ah! que se Cabral soubera, naquele instante em que pôs pé neste solo, que tinha acrescentado todo um hemisfério ao mundo

português, com que tumultos de alma teria feito ecoar ali a sua saudação à TERRA DE VERA CRUZ!

\*

D. MANUEL não poderia mesmo de pronto fazer uma idéia da importância do descobrimento que Cabral acabava de anunciar-lhe. O próprio almirante prosseguira na sua viagem para o Oriente, persuadido de que não era mais que uma ilha a terra onde plantara ao lado da cruz o padrão do domínio português. Ao notificar às potências aquela nova posse com que acrescentava o seu já vastíssimo império marítimo, D. Manuel fazia sentir que o “achamento daquela terra foi providencial” pois serviria de estação e abrigo para as caravanas que se destinassem aos mares do Oriente.

Uma razão talvez mais poderosa do que este deficiente conhecimento da extensão como do valor da terra descoberta, razão a que se deve, mais do que a outra qualquer, atribuir a pouca solicitude com que se tratou de conhecer e explorar o novo domínio, foi irrecusavelmente a preocupação dos altos interesses a assegurar na Ásia.

Só depois que teve uma notícia mais exata do descobrimento e que se convenceu de que a suposta ilha de Santa Cruz era um continente tão vasto como a África talvez, é que Portugal começou a volver suas vistas para as novas paragens. Assim mesmo, durante mais de vinte anos, as expedições enviadas a esta parte dos domínios do ultramar, ou não traziam positivamente intuits de colonizar o país, ou, se traziam tais intuits, nada puderam fazer. Algumas dessas expedições limitaram-se a reconhecer parte das costas.

D. Manuel faleceu, portanto, sem saber o que valia a herança que o seu reinado legava a seu filho e sucessor. O que despertou no ânimo do governo português a idéia de curar com mais empenho dos altos interesses da monarquia nesta parte do mundo colonial, foi sem dúvida o alarma da metrópole ante pretensões de outras potências, que de sua desídia se queriam aproveitar para fazerem insidiosamente conquistas no Atlântico. Desde que se teve notícias de que navios, franceses principalmente, visitavam costas do Brasil, D. João III deliberou

tomar providências enérgicas no intuito de assegurar a posse definitiva das novas terras e ao mesmo tempo de nelas estabelecer colônias. Começou incumbindo MARTIM AFFONSO de fundar os primeiros estabelecimentos (1530), de explorar, ou pelo menos reconhecer todo o país, indicando ao governo as medidas que julgasse mais acertadas. Martim Affonso percorreu grandes extensões da costa até o rio de Solis\* e teve ocasião de convencer-se de como eram fundadas as apreensões que dominavam o espírito da metrópole contra intentos de outros governos europeus. Martim Affonso procurou de um golpe de vista adquirir informações que o autorizassem a fazer uma idéia das proporções do país. É de crer mesmo que, depois de estabelecido em S. Vicente, tratasse de fazer para o Norte os indispensáveis reconhecimentos. Em S. Vicente, fundou Martim Affonso a primeira povoação<sup>1</sup> portuguesa no Brasil; e firmada aquela base de todo o serviço de explorações, subiu a serra do Mar e foi estabelecer no meio dos belos campos de Piratininga um outro núcleo, em magnífica paragem, mais rica de elementos e de horizontes mais amplos. De Piratininga, Martim Affonso expediu para o interior das florestas alguns bandos de aventureiros; dos quais, entretanto, poucos proveitos recolhia, porque quase sempre tais expedições eram destroçadas pelos indígenas ou perdiam-se na imensidão do continente. De uma dessas maltas de batedores de florestas,<sup>2</sup> sabe-se que chegou a atravessar os sertões de Piratininga até o Peru, desaparecendo afinal sem que nunca mais se tivesse notícia positiva do seu destino.

Martim Affonso foi incontestavelmente um servidor operoso que teve a colônia; mas via-se tolhido, na sua ação, pela escassez de recursos materiais e pela deficiência de colonos. Pelas informações que dava ele à metrópole, compreendeu esta que primeiro que tudo cumpria autenticar por ocupação efetiva a posse do imenso litoral, tomando-se ao mesmo tempo medidas seguras tendentes a fazer-se o reconhecimento ao menos do interior do país. A criação das DONATARIAS não deu o resultado que se esperava. Em regra, os donatários não dispunham de meios para empreenderem a colonização e o aproveitamento de enormes

---

(\*) SOLIS (Juan Diaz de), navegador espanhol do séc. XVI. O rio de Solis é o rio da Prata, por ele descoberto em 1512 e explorado em 1515 (NR).

(1) Se bem que, segundo alguns cronistas, já muito anteriormente havia Chr. Jacques fundado uma feitoria para o Norte. Esta, entretanto, não vingou.

(2) A comandada por um Aleixo Garcia, ou Diego Garcia.

regiões, é verdade que riquíssimas de elementos, mas onde era necessário exercer esforços perseverantes contra o selvagem, fazer, à custa de grandes sacrifícios, o povoamento do solo e a organização do trabalho, em condições tão especiais - problemas esses formidáveis, que só o sistema da Holanda e da Inglaterra devia mais tarde resolver, por meio da ação coletiva de capitalistas, associados ao interesse legítimo e ao esforço vitorioso dos colonos. Na América do Norte é incontestável que as grandes companhias de comércio e colonização, fartas de recursos próprios e amplamente amparadas pelos governos das respectivas metrópoles, fizeram tudo que o donatário aqui, isolado e sem recursos, foi incapaz de fazer. Umas duas ou três das donatárias, como as de S. Vicente e de Pernambuco, apresentaram sempre alguma coisa em três ou quatro anos; mas na sua maioria ficaram de todo intactas, à espera ou à mercê do primeiro ocupante.

Desiludido de tal providência, D. João III resolve que se volte à colonização diretamente oficial, unificando a administração e governo de todas as feitorias sob a autoridade de um só governador para todo o domínio. Este sistema foi o definitivo. Ainda assim, o povoamento das regiões marítimas e a exploração do interior eram sempre feitas muito lentamente em quase todas as zonas. A falta de colonos era o maior embaraço com que lutavam sempre os governadores gerais.

Foi em princípios do século XVII que se começou a fazer um como verdadeiro êxodo para o Brasil. Até então, os que vinham para a América eram meros aventureiros, atraídos pelas lendas que naqueles tempos andavam escaldando as imaginações em toda a Europa. Tais aventureiros, em regra, não se fixavam no solo eram ondas que se sucediam e cuja mobilidade só deixava como vestígio o estrago e a desordem de avalanches que passam.

A época da colonização do país por imigrantes espontâneos pode-se dizer que começou pelos fins do século XVI, quando Portugal perdeu a sua nacionalidade. Os portugueses da península dir-se-ia que continuavam a entender que o Brasil era sempre a colônia antiga, um como pedaço da mãe-pátria sobrevivente na alma de cada filho, e que o domínio detestado dos FILIPES não transpunha os mares. Esta terra

então ficou sendo o seguro refúgio de todos os oprimidos pela prepotência da Espanha. E quem sabe se não tem esta filiação histórica o amor que sempre teve o português por esta terra! Das próprias ilhas dos Açores da Madeira, de Cabo Verde, vinham para o Brasil muitas famílias, convencidas de que na Nova Lusitânia não era o espanhol quem dominava e de que, portanto, aqui encontravam a velha pátria viva e renascente. O próprio governo de Madri compreendeu logo que a situação da vasta colônia, o estado de espírito geral que em questão alguma se dissimulava, não lhe permitiam considerar como domínio seu propriamente as terras do Brasil. E tanto assim que na indiferença com que tratava as coisas da colônia, o governo espanhol parecia revelar o intuito de ir deixando aos portugueses a responsabilidade de uma verdadeira autonomia na direção de seus próprios destinos. Essa indiferença chegou a ser uma completa desídia, pois não se limitou a evitar o mais possível o contrabalanço do elemento português pela imigração espanhola; foi ao ponto de abandonar as nascentes povoações ao assalto e invasão de intrusos. Quando Portugal restaurou a sua soberania, o Brasil que havia sofrido, mas que se tinha conservado sempre digno durante sessenta anos de vassalagem, estava em colisão armada e tremenda com os usurpadores do seu território.

A restauração da monarquia veio, pois, encontrar o Brasil altivo e forte pelo seu espírito de independência e pela coragem de que dera exemplos na heróica luta contra a invasão estrangeira. Daquela época em diante, Portugal deixava quase de ser a nossa metrópole, porque o Brasil passava a ser o fundamento mais sólido da monarquia, a base do seu poderio e da sua riqueza. E tanto isso é verdade que a guerra aos holandeses continuou a ser feita não obstante as ordens em contrário que vinham de Lisboa.

Data, portanto, dessa época o encaminhamento definitivo da colonização do Brasil. Só dali por diante é que se explorou o país para o Norte até os confins com a Guiana, estabelecendo-se para o interior a ação da catequese e lançando-se os fundamentos da administração naquela parte. Também daqueles tempos datam as explorações dos sertões de Minas, S. Paulo e Goiás, até onde as bandeiras formidáveis dos paulistas começavam a devassar o arcano das imensas paragens centrais.

Começava assim para a economia da colônia a fase da riqueza caracterizada pela criação da indústria extrativa, com a descoberta das grandes jazidas, fase que logo se completou pelo incremento das indústrias pastoril e agrícola e pela divisão ou apropriação privada do solo.

(**O Paraná no centenário**, pp. 24-32.  
Segunda edição. Rio de Janeiro, José  
Olympio, Curitiba, Secretaria da  
Cultura do Estado do Paraná, 1980)